

UNIVERSIDADE, ESCOLA E COMUNIDADE: CONSTRUINDO CAMINHOS PARA UMA EDUCAÇÃO DO CAMPO

Resumo: As discussões acerca da educação do campo estão permeadas pela complexidade que acompanha esse espaço, em especial ao tipo de educação que está sendo ofertada aos povos do campo, muitas das vezes, as propostas pedagógicas são construídas desarticuladas da realidade, oportunizando ao aluno situações de negação de sua cultura e de sua identidade campesina. Este trabalho é um recorte da minha dissertação de mestrado apresentada ao PPGE/CE, a pesquisa realizada teve como objeto de estudo as ações desenvolvidas pelo projeto A (re) significação do currículo nas escolas do campo: caminhos para contextualização e a repercussão das mesmas na construção de caminhos para uma educação contextualizada nas escolas do campo do município de Bananeiras-PB. Para tanto este estudo objetivou analisar como as ações desenvolvidas pelo projeto em foco repercutiram na construção das propostas pedagógicas das escolas do campo envolvidas no mesmo. O estudo é de cunho qualitativo realizado a partir de uma pesquisa de campo com caráter descritivo e explicativo, utilizamos como instrumentos de coleta de dados a análise de documentos, observação participante, entrevistas semiestruturadas. Os sujeitos da pesquisa são os membros do projeto de extensão-bolsistas, a professora coordenadora do mesmo, a equipe gestora da escola em estudo, os docentes e membros da comunidade. Tais procedimentos metodológicos, alinhados aos referenciais teóricos, tais como: Caldart (2004); Arroyo (1999); Batista (2011); Freire (1996); Silva (2001); Sacristan (2000), Veiga (1995) Martins (2002); Jezine (2006); Thiollent (1998); Melo Neto (1996), nos possibilitaram apresentar reflexões acerca do estudo realizado. Após a sistematização dos dados, por meio da análise de conteúdo, foi possível destacarmos que novos caminhos foram construídos a partir do envolvimento da universidade com a escola e também com a comunidade local. Sendo assim, as mesmas passaram a ter uma relação de aproximação e participação, resultando na ressignificação do PPP da escola pesquisada e em práticas educativas contextualizadas na educação do campo, por meio das ações desenvolvidas pelo projeto de extensão.

Palavras-chaves: Educação do campo. Extensão Universitária. Projeto Político Pedagógico. Contextualização.

Introdução

Inicialmente gostaríamos de destacar que este trabalho é um recorte da minha dissertação intitulada: Universidade, Escola e Comunidade: construindo caminhos para uma educação do campo, apresentada ao Programa de Pós Graduação em Educação-PPGE-UFPB/CE.

À medida que fomos apropriando-nos das leituras e das discussões acerca da educação do campo, começamos a perceber que nesse espaço de vida camponês, faz-se necessário que se garanta um ensino que possibilite que os conhecimentos que os sujeitos do campo possuem, não sejam negados, mas ressignificados e ampliados construindo,

assim, sua identidade e capacidade de agir perante sua realidade e com o mundo em que vive.

O espaço do campo está permeado de lutas e conflitos e, muitas das vezes, os povos do campo são compreendidos pela sociedade urbana como um povo estereotipado, de cultura inferior, um *jeca tatu*, sem uma história própria e significativa. Dentro dessa perspectiva, constroem-se uma visão limitada do homem do campo e do espaço que o mesmo habita. Em consonância com a afirmação acima, Fernandes (2004, p. 58) nos diz que com “[...] o seu estabelecimento, a sociedade moderna subordinou o campo à cidade. Da mesma forma, o modo de vida urbano submeteu o modo de vida rural. O camponês brasileiro foi estereotipado como fraco e atrasado”.

Uma das discussões ao qual chamamos atenção é sobre o tipo de educação que está sendo ofertada aos povos do campo, constatamos que, muitas das vezes, as propostas pedagógicas para a Educação do Campo são construídas desarticuladas da sua realidade, oportunizando ao aluno situações de negação de sua cultura e de sua identidade campesina.

Essa é uma das lutas dos povos do campo, por uma Educação básica de qualidade e que contemple sua realidade. Corroborando com isso, Caldart (2004) nos diz que sempre, na história do Brasil, quando se sinalizava um projeto pedagógico político era para o meio rural, já pronto e não construído para o povo do campo, nem muito menos, pelo próprio povo do campo. “Além de não reconhecer o povo do campo como sujeito da política e da pedagogia sucessivos governos tentaram sujeitá-lo a um tipo de educação domesticadora e atrelada a modelos econômicos perversos” (CALDART, 2004, p.10). Na fala dessa autora, fica clara a relação de submissão, presente no cenário educacional e ofertada ao meio camponês, onde aos governos interessava oferecer uma educação assistencialista, em que o indivíduo envolvido não tivesse condições de se reconhecer como sujeito e nem de reconhecer seu espaço como um espaço de valor.

Neste contexto, esta pesquisa fez um estudo sobre as ações desenvolvidas pelo projeto A (res)significação do currículo nas escolas do campo: caminhos para contextualização e sua repercussão na construção das propostas pedagógicas curriculares das escolas do campo no município de Bananeiras-PB. Este projeto está vinculado ao

núcleo de Extensão Multidisciplinar para o Desenvolvimento Rural, localizado no campus III da UFPB, sendo desenvolvido pelo grupo de pesquisa: Currículo e Práticas Educativas, também deste mesmo campus. E, nesta pesquisa, abordamos as ações que foram realizadas diretamente na escola e com a comunidade envolvida. Na intenção de compreendermos esse processo, partimos da seguinte questão de pesquisa: Como um projeto de extensão pode contribuir para o processo de fortalecimento das relações universidade, escola e comunidade, especialmente, no que se refere à construção de uma proposta pedagógica curricular para a Educação do campo?

O estudo da temática é relevante porque se torna cada vez mais necessário ampliar o debate sobre Educação do Campo e as práticas pedagógicas desenvolvidas nesse espaço, refletindo sobre suas fragilidades, possibilidades e conquistas, considerando que, embora as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo e a Resolução CNE/CEB 1, de Abril tenham sido aprovadas em 2002, até o presente momento poucas são as escolas que seguem as orientações nelas previstas e algumas delas até desconhecem sua existência. Assim, enxergamos que não é reproduzindo práticas desarticuladas da realidade do campo que iremos alcançar uma educação de qualidade neste espaço. Faz-se necessário, pois, a contextualização do currículo e da prática pedagógica, tomando por referencial o contexto no campo, observando-se a relação de interdependência campo/cidade/campo, e exigindo como consequência, que a relação do local com o global seja objeto de conhecimento, de forma a contribuir na formação de sujeitos capazes de intervir na realidade (social, cultural, ambiental, política, econômica etc.) para transformá-la; ao mesmo tempo em que pretende potencializar a escola para contribuir, de forma qualificada, no processo de desenvolvimento sustentável da região na qual ela se insere.

Justificamos, ainda, o estudo da temática, evidenciando a relação entre a universidade e o município e destacando a relevância da parceria entre Universidade, Escola e Comunidade, parceria esta que se configura por meio da extensão universitária, garantindo que a partir da união de instituições, algumas ações possam ser efetivadas e, com isso, possamos contribuir para uma compreensão mais ampla de como a Educação do Campo está se construindo e se materializando na prática.

Em especial, no que diz respeito as escolas públicas que não estão ligadas aos movimentos sociais, como é o caso da escola em estudo, que historicamente não evidenciam ações contundentes em relação ao objeto em foco, para tanto discutir esse processo ascende uma esperança de que a escola pública pode desenvolver uma ação didático-pedagógica contextualizada, mas, para isso, precisa de projetos de extensão, para auxiliá-la nessa luta. Uma luta árdua, especialmente, quando o poder público demonstra não está interessado em atender as especificidades dos povos do campo. A pesquisa de campo buscou investigar as ações desenvolvidas pelo Projeto de Extensão acerca da construção do PPP da Escola Municipal de Ensino Fundamental José Rocha Cirne, que está localizada no Sítio Domingos Vieira, zona rural do município de Bananeiras-PB, escolhida como nosso campo de pesquisa.

Princípios que fundamentam a educação do campo

As muitas lutas, discursos e propostas educativas para o campo não acontecem de maneira vazia, à mesma é pautada e norteadas por princípios, que fundamentam a Educação do Campo, entre esses princípios podemos citar: autonomia, valorização do sujeito e sua cultura, diálogo, que se constituem como princípios pedagógicos.

Neste sentido, não podemos deixar de discutir o Trabalho como um dos princípios que fundamentam a Educação do campo, o trabalho nos leva a compreendermos a relação do camponês com o espaço que habita como também suas relações sociais, econômicas e políticas. “Acredito que foi a reflexão sobre a dimensão educativa das práticas produtivas, e do trabalho como princípio educativo, a que mais especificamente contribuiu, até o momento, para a compreensão da pedagogia das práticas sociais” (CALDART, 2004, p. 319).

A reflexão sobre o trabalho leva o ser humano a perceber-se e identificar-se de que maneira está se fazendo presente na sociedade e se as suas práticas sociais desenvolvidas satisfazem as suas necessidades. Daí a relevância de vermos o trabalho como um princípio pedagógico, pois a partir dele os indivíduos se socializam, seja em meio a desigualdade, ou seja, buscando a valorização e a justiça social.

Temos, também, como princípios norteadores, a Educação Popular, pela qual a educação do campo incorpora em seus discursos, e até em sua legislação, os princípios da Educação Popular tendo em vista que a mesma é uma educação pensada para o povo e constituída por eles. Tomando como base as discussões acerca da concepção de Educação Popular e de Educação do campo, identificamos que as duas buscam construir um projeto de educação que se firme na luta contra a opressão, as desigualdades e a exclusão social e educacional.

Neste contexto, vemos que a Educação do campo tem incorporado as suas definições as concepções teóricas e metodológicas da Educação popular, como o respeito à cultura, o diálogo, a educação libertadora, ao qual defende a autonomia e a emancipação dos sujeitos.

Segundo Batista (2006, p. 2):

A Educação Popular (EP), especialmente aquela realizada no âmbito dos movimentos sociais populares incorpora princípios filosóficos, políticos, sociológicos, culturais entre os quais destacamos: a origem e finalidade nos interesses das classes populares, dos setores oprimidos organizados nos movimentos sociais; o respeito às suas culturas; os conhecimentos voltados para compreensão crítica da realidade social, econômica e política; o respeito às visões de mundo que são resultantes das experiências vividas por esses segmentos como ponto de partida para uma reflexão crítica da realidade, que se dá através do diálogo. Também são traços presentes na EP a busca da constituição de relações sociais calcadas na solidariedade, igualdade, participação, na emancipação, colaboração, com vistas à formação de sujeitos autônomos e livres.

Dentre os princípios da Educação do campo, podemos identificar os princípios apontados pela autora que constitui a Educação Popular tais como: o respeito às suas culturas; os conhecimentos voltados para compreensão crítica da realidade social, econômica e política; o respeito às visões de mundo que são resultantes das experiências vividas por esses segmentos como ponto de partida para uma reflexão crítica da realidade, que se dá através do diálogo. É com base nessa realidade que, voltamos a afirmar que as discussões dos movimentos sociais estão ancoradas nas bases populares da educação.

Refletir a Educação do Campo na perspectiva da Educação Popular é um meio de constituirmos ações para uma educação alicerçada na valorização do povo, compreendendo a necessidade do outro, valorizando a cidadania, a solidariedade e a justiça. Isto por que as discussões e ações que envolvem a Educação Popular dão voz aos sujeitos, promovendo uma ação emancipatória.

Moreira (2008, p.163) nos confirma que ser “[...] emancipado é ter a consciência de sua condição de vida, lutar para melhorá-la, não apenas a sua, mas de toda uma coletividade. É lutar contra os dispositivos opressoras de uma dada sociedade”. Nesta perspectiva, busca-se levar o sujeito a tomar consciência do seu processo de reconhecimento como ser, como estudante, como o principal responsável pela busca do conhecimento, vinculando seus anseios do cotidiano a prática de ensino aprendizagem presente na escola. Sendo assim não é qualquer tipo de escola, qualquer tipo de prática educativa que deve ser desenvolvida no espaço do campo.

O currículo e o projeto político pedagógico para a educação do campo como meio de valorização do sujeito do campo

Para começarmos a refletir sobre como deve ser pensado e construído o Projeto Político Pedagógico (PPP) para as escolas do campo, se faz necessário que entendamos que o campo tem um tempo e um espaço próprio. Sendo assim, o PPP deve ser enxergado para além de uma proposta de conteúdos a serem transmitidos, no mesmo se faz necessário a presença de eixos tais qual a natureza social e biológica, as relações de trabalho e o conhecimento já existente nesse espaço.

Contudo, o que se percebe é que muitas das propostas curriculares desenvolvidas na escola do campo refletem um currículo que privilegia uma visão urbana de educação e desenvolvimento, refletindo uma ação desarticulada, pensada fora do contexto ao qual se destinará.

Jurjo Santomé (1995, p. 161) nos diz que:

Os conteúdos que devem integrar o currículo são escolhidos de forma decisiva por outras pessoas (em geral, as editoras de livros). Em muitas ocasiões os conteúdos são contemplados pelo alunado como fórmulas

vazias, sem sequer a compreensão de seu sentido. Como consequência, quando um/a professor/a se pergunta que outros conteúdos podiam ser incorporados ao trabalho em sala de aula, encontra dificuldade para pensar em conteúdos diferentes dos tradicionais.

A não inserção de conteúdos que valorize o campo e realidade desse espaço nas práticas pedagógicas da escola foi um dos fatores que foi provocando e reafirmando ao longo do tempo a negação da cultura dos povos do campo. Sendo assim, valorizar os povos do campo e sua cultura significa criar vínculos com seu local de origem, possibilitando o surgimento de pertença ao lugar e ao grupo social existente. Isso levará o sujeito a criar uma identidade sociocultural, proporcionando-lhe compreender a realidade que o cerca e a poder ter atitudes conscientes e de transformação.

No artigo 5º das Diretrizes Operacionais para Educação do Campo, encontra-se a dimensão que as propostas pedagógicas das escolas camponesas devem atingir para possibilitar essa formação de identidade e construção de conhecimento:

As propostas pedagógicas das escolas do campo, respeitadas as diferenças e o direito à igualdade e cumprimento imediato e plenamente do estabelecido nos artigos 23, 26 e 28 da Lei 9394, de 1996, contemplarão a diversidade do campo em todos os seus aspectos: sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia (BRASIL, 2002).

A disparidade entre o que está expresso no artigo acima das diretrizes e o que vem acontecendo de fato na realidade é grande. Na maior parte o que vemos é uma reprodução do urbano no campo, propostas que não contemplam a diversidade do espaço camponês. Por isso, para que de fato se contemple e valorize a cultura dos povos do campo na escola, é necessário um olhar mais cuidadoso e um repensar a organização dos saberes escolares, ou seja, os conteúdos a serem desenvolvidos, entendendo que a dimensão pedagógica do espaço do campo ultrapassa a sala de aula e deve ser pautada na diversidade que marca esse lugar, diversidade cultural, social e ideológica.

Portanto, o PPP configura-se como um meio de organizar e planejar as atividades a serem desenvolvidas, porém o mesmo precisa contemplar os interesses e propostas de

educadores, educandos e comunidade, sendo um aliado importante para a construção da identidade da escola e dos sujeitos que a compõe. Partindo do princípio que o mesmo é uma ação intencional não neutra como nos afirma Veiga (1995, p.13).

Projeto Político Pedagógico é uma ação intencional. É político no sentido de compromisso da formação do cidadão para um tipo de sociedade. É pedagógico no sentido de definir as ações educativas e as características necessárias das escolas de cumprirem seus propósitos e sua intencionalidade.

A construção do Projeto Pedagógico Curricular para as escolas do campo deve basear-se em uma concepção de currículo que vise o respeito á diversidade e reconheça as diferenças “[...] possibilitando ao sujeito constituir-se enquanto ser social responsável e livre capaz de refletir sobre sua atividade, capaz de ver e corrigir os erros, capaz de cooperar e de relacionar-se eticamente” (BRASIL, 2004, p.37).

Na percepção de Caldart (2004), a Educação do Campo deve ser pensada, política e pedagogicamente, tendo como foco os interesses sociais, políticos, culturais de um determinado grupo social: os camponeses, entendidos aqui como diferentes grupos de trabalhadores do campo cujo processo de reprodução social se faz na contraposição às relações capitalistas de produção. Nessa construção, portanto, deve haver espaço para o diálogo com a “[...] teoria pedagógica desde a realidade particular dos camponeses, mas preocupada com a educação do conjunto da população trabalhadora do campo e, mais amplamente com a formação humana” (CALDART, 2004, p.18). Sendo assim, faz-se necessário que os conteúdos trabalhados nas escolas do campo sejam vinculados às questões inerentes a realidade, pautando-se na temporalidade e saberes próprios dos sujeitos.

Nesse sentido, trazemos a reflexão acerca da práxis, voltando nosso olhar para o chão da escola, a práxis revela-se na necessidade de uma intervenção consciente vinculando-se às necessidades sociais e científicas, resultando assim em uma pedagogia que soma a teoria e a prática, apontando assim para além do fenômeno educativo. A definição de práxis, pensada por Marx, compreende uma ação transformadora realizada pelo ser

humano, pela qual transforma o mundo e também se transforma: “o ser humano existe elaborando o novo, através da sua atividade vital, e com isso vai assumindo sempre, ele mesmo, novas características” (KONDER, 1992, p. 106).

Freire (2009, p. 103-104), fundamentando-se em Marx, diz:

Os homens, pelo contrário, ao terem consciência de sua atividade e do mundo em que estão ao atuarem em função de finalidades que propõem e se propõem, ao terem o ponto de decisão de sua busca em si e em suas relações com o mundo, e com os outros, ao impregnarem o mundo de sua presença criadora através da transformação que realizam nele, na medida em que dele podem separar-se e, separando-se, podem com ele ficar, os homens, ao contrário do animal, não somente vivem, mas existem, e sua existência é histórica (FREIRE, 2009, p. 103-104).

Com base nas palavras acima, percebemos a necessidade de não negar, na construção do PPP das escolas do campo, a existência dos sujeitos a qual o mesmo se destina, o sujeito do campo existe e essa existência é constituída por suas histórias, sua relação com o seu espaço e com sua forma de vida. Portanto o PPP deve incorporar todas as questões que se fazem presentes e vivas no campo, desde a concepção de sociedade e de agricultura até a as atividades de ensino aprendizagem voltadas à realidade campesina.

Não se trata de ‘inventar’ um ideário para a Educação do Campo; isso não repercutiria na realidade concreta, que é a que nos interessa transformar, e nem seria uma verdadeira teoria. O desafio que temos, enquanto sujeitos que colocaram esta ‘bandeira em marcha’, é de abstrair das experiências, dos debates, das disputas em curso, um conjunto de ideias que possam orientar o pensar (especialmente dos educadores) sobre a prática de educação da classe trabalhadora do campo; e, sobretudo, possam orientar e projetar outras práticas e políticas de educação (CALDART, 2004, p. 17)

Como nos afirma Caldart, o projeto pedagógico para a Educação do campo deve ter uma dimensão não só educacional mais também política, evidenciando o que a classe trabalhadora do campo traz consigo. Por isso esse trabalho de pensar e construir o PPP para o campo “é um trabalho de construção que será tanto mais legítimo quando realizado de modo coletivo” (CALDART, 2004, p. 16).

A construção do PPP voltado para a educação do campo é uma oportunidade que a escola possui em atentar para as necessidades do homem do campo e com isso interagir entre conhecimento e produtividade para o desenvolvimento, para tanto, é importante que professores, gestores, pais e alunos se comuniquem, conversem, interajam, troquem experiências, vontades e desejos, afim de que o resultado dessa união sejam opções de projetos e de capacidades para desenvolvimento locais.

Extensão universitária como meio de fortalecimento da relação entre a universidade e sociedade

Neste momento de conquistas significativas no campo das concepções acerca da Extensão Universitária, podemos passar a enxergar a mesma sob três aspectos conceituais, apresentados por Michel Thiollent (1998), de acordo com o mesmo, a extensão universitária pode ser vista de três maneiras diferentes:

- 1) Como atividade residual: cursos avulsos, ecleticamente programados para públicos diferenciados;
- 2) Como projeto de pesquisa, intervenção e educação para comunidades locais e, eventualmente, sobre temas relacionados a grandes causas sociais;
- 3) Como consultorias e prestação de serviços a empresas ou entidades que são objeto de contrato em função de critérios de mercado. (THIOLLENT,1998, p.11, adaptado).

Tomando como base o que o autor nos traz, voltamos o nosso olhar para o conceito 2, uma proposta que se vincula a intervenção, a inserção em comunidades e que é comprometida com a causa social. Como vemos essa definição vem permeando as discussões a cerca da Extensão, em meio aos documentos e lutas oficiais em busca da sua institucionalização. Principalmente nos objetivos apresentados acima, presentes, no Plano Nacional de Extensão, onde se valoriza a disseminação do conceito da mesma, vinculada a valorização da inter-relação entre os conhecimentos acadêmicos e os conhecimentos existentes nas comunidades.

A Extensão Universitária passa a ser vista como um instrumento de suma relevância para a inter-relação da universidade com a sociedade, democratizando o conhecimento acadêmico, construindo uma forma de “interação dialógica”. Re(produzindo) conhecimentos por meio da troca de saberes com as comunidades, trazendo múltiplas possibilidades de transformação da sociedade e da própria Universidade Pública.

Nessa mesma perspectiva, a autora Jezine (2006, p.223) nos diz que:

A extensão precisa ir além da relação universidade– trabalho e perseguir uma hegemonia que possibilite direção moral, cultural e ideológica na articulação entre ensino, pesquisa e extensão, pois pela extensão, pode-se desenvolver a pesquisa e como conhecimento nada superficial do mundo concreto, contribuir para as direções políticas dos movimentos sociais.

A fala da autora expressa que a ação da extensão necessita romper com essa relação Universidade-trabalho, enxergando-a e desenvolvendo-a, com um caráter interdisciplinar, educativo, cultural, promovendo uma ação que transforme não apenas a Universidade, mais os setores sociais com os quais ela interage. Sendo assim, suas definições e caminhos traçados, vão se configurando por essa perspectiva dialógica entre a Universidade e a Sociedade.

Um processo em construção das práticas educativas contextualizadas na escola

Em meio as ações desenvolvidas pelo projeto: *(Res)significação do currículo nas escolas do campo: caminhos para contextualização* que tem como objetivo geral é (Res)significar o currículo das escolas do campo, envolvidas com o mesmo, a partir da formação continuada de docentes, discentes e comunidade baseado nos referencias da educação do campo e da contextualização, foi possível elencarmos algumas ações desenvolvidas pelo mesmo, que se constituíram em categorias de análise em nosso trabalho, entre elas estão: Aproximação da universidade com a escola e a comunidade: percorrendo o caminho por meio da extensão; Educação do campo nas vozes dos sujeitos: uma concepção em construção;

Ressignificando as bases teóricas e metodológicas do projeto político pedagógico da escola e a escola em movimento: práticas educativas contextualizadas na escola do campo. Esta última categoria vamos apontar como as práticas educativas desenvolvidas pela escola, buscando evidenciar, as práticas de contextualização na Educação do Campo.

A prática educativa é um constante exercício em favor da construção e do desenvolvimento da autonomia das pessoas, não obstante transmitindo saberes, mas dando significados, construindo e redescobrimos os mesmos, pois fomos programados, mais para aprender e por consequência para ensinar, intervir e conhecer. É por este caminho que discutimos a práticas educativas desenvolvidas pela escola “José Rocha Cirne”, a partir das ações desenvolvidas pelo projeto de extensão.

A busca por novas práticas, imbricadas neste espaço, perpassa questões mais amplas, provocando a construção de novas concepções a cerca do processo de construção do conhecimento e inserção social. Assim, a transformação da educação do campo requer mais do que melhorias físicas das escolas ou a qualificação dos professores; ela implica necessariamente, um currículo escolar baseado na vida e valores de sua população, a fim de que o aprendizado também possa ser um instrumento para o desenvolvimento deste espaço (INEP, 2007). Nesta perspectiva, faz-se necessário que entendamos que este espaço, ou seja, o espaço do campo no Brasil está em movimento.

Voltando o nosso olhar para o processo de consolidação das práticas educativas, iniciou-se uma nova ação as formações com os professores e em seguida as práticas desenvolvidas em sala de aula, vamos aqui evidenciar uma dessas práticas desenvolvidas. Uma das docentes sujeito da pesquisa nos diz que:

O projeto de extensão está sendo bastante proveitoso, está contribuindo muito com minha prática pedagógica, trabalhos em grupo com relação à água, pesquisas e acima de tudo eu poder escolher uma atividade junto com eles e ver que essa atividade tem um direcionamento, às vezes, eu já até fazia atividades de contextualização mais não tinha a visão que tenho hoje. No dia do meio ambiente trabalhamos uma caminhada de conscientização e destacamos a água por que tem sido um dos maiores problemas da região (Docente 3).

Na fala da docente, vemos que a mesma destaca um momento de mobilização da escola, diretamente na comunidade, uma caminhada de conscientização com o tema do meio ambiente, ela coloca que hoje ela tem consciência que está trabalhando contextualização na Educação do Campo, e que até desenvolvia já algumas práticas, mais não tinha essa visão que tem hoje e que a deixa mais segura na condução desse processo e com mais possibilidades de conduzir seus alunos à aquisição do conhecimento. Indo de encontro ao pensamento de Freire (2009), quanto mais conscientizados nos tornamos, mais capacitados estamos para ser anunciadores e denunciadores, graças ao compromisso de transformação que assumimos.

Essa prática foi conduzida da seguinte forma: Em sala, as docentes, junto aos alunos debateram a respeito do tema e decidiram fazer a caminhada, como uma maneira de sensibilizar a comunidade, assim iniciou-se o processo de confecção do material e à medida que iam confeccionando, iam sendo trabalhados temas como desmatamento, poluição do meio ambiente e água.

Vejam na figura o momento da caminhada pela comunidade.

Figura 1: Caminhada de conscientização sobre cuidados com o meio ambiente na comunidade.



Fonte: arquivos da escola

Na caminhada o tema água foi um dos temas centrais, pois a região está sofrendo com a falta das chuvas e a falta de água, tem se configurado como uma grande problemática. Essa ação representa uma preocupação política da escola de além de conhecer, problematizar um tema também provocar a comunidade e levar a ela a questão. A imagem abaixo reforça o que acabará de ser dito.

Figura 2: Trabalhando o tema água na caminhada do dia do meio ambiente.



Fonte: arquivos da escola

Essa mobilização representa um chamamento dos alunos e docentes para a importância de se discutir a preservação do ambiente em que vivem, levantando causas mais específicas da comunidade local. Além de marcar o momento em que os sujeitos que formam a escola, socializam, com a comunidade, questões desenvolvidas na contextualização do currículo da escola.

Considerações Finais

No desenvolvimento da pesquisa foi possível identificarmos que a ressignificação do PPP, se configura como um caminho na construção de uma educação contextualizada nas escolas do campo. Entender cada ação desenvolvida nesse processo e o que elas trouxeram de contribuição para a o entendimento e efetivação da educação do campo neste espaço foi uma das intenções desta pesquisa.

Ao acompanharmos todo esse processo de respostas aos nossos objetivos, a pesquisa nos aproxima cada vez mais, do compromisso que firmamos em discutir a Educação do Campo. Incluir a universidade por meio da extensão, nesse debate faz com o que, enxerguemos novas possibilidades para efetivação desta modalidade de ensino. Com isso, concentramos nossos estudos na ânsia de demonstrarmos através do texto que o nosso trabalho teve como princípio evidenciar as ações desenvolvidas pelo projeto, ações essas que foram apresentadas ao longo das nossas análises. Procurando, assim entender como as mesmas contribuíram para a construção dos caminhos que buscam efetivar uma educação contextualizada no campo. É possível destacarmos que novos caminhos foram construídos a partir do envolvimento da universidade com a escola e também com a

comunidade local. Sendo assim, as mesmas passaram a ter uma relação de aproximação e participação, resultando na ressignificação do PPP da escola pesquisada e em práticas educativas contextualizadas na educação do campo, por meio das ações desenvolvidas pelo projeto de extensão.

Gostaríamos de destacar, também, que as ações desenvolvidas pelo projeto, contribuíram para a construção da concepção de Educação do Campo dos sujeitos envolvidos e para a concepção de currículo por meio do PPP. Esse processo de construção refletiu diretamente nas práticas educativas da escola, onde as docentes tiveram a oportunidade de repensarem o seu fazer pedagógico. Para tanto, esse não é um processo só de conquistas existem também limitações, dificuldades, tais como: o calendário da UFPB, que não coincide com os das escolas municipais, dificultando a organização e periodicidade das ações do projeto, a precarização do trabalho das docentes, onde as mesmas, não tem tempo suficiente para investirem em sua formação e também a ausência dos alunos nos encontros realizados pelo projeto, junto aos outros sujeitos, pois para cumprir as determinações da secretaria os mesmos tinham que permanecer na sala, a não participação efetiva dos alunos fragmentou e limitou o processo de construção coletiva. Todavia, apesar dos entraves não podemos negar os pontos positivos que sinalizam avanços significativos como um PPP ressignificado, sinalizando que passos iniciais foram dados, visando o fortalecimento da educação para o espaço do campo, surtindo um efeito positivo em meio às práticas educativas da escola, onde antes não se tinha nem a discussão sobre o que era uma Educação do Campo. A escola e a comunidade têm muito a desenvolver e firmar cada vez mais o que foi construído, em suas práticas cotidianas, pois o projeto é passageiro, ou seja, tem um período para ser executado e durante esse período, os que o fazem são responsáveis por despertar nos sujeitos a autonomia necessária para o fortalecimento e desenvolvimento das ações já existentes e das novas que surgirão posteriormente.

Não tivemos aqui a intenção de afirmarmos que o projeto foi o único que impulsionou mudanças neste espaço, esse foi um processo coletivo em que cada sujeito, pode contribuir com a disseminação do mesmo, os caminhos foram construídos na coletividade, por meio da escuta sensível dos que ali se faziam presente. A ação do projeto

é pontual, ela tem um tempo para acontecer, porém temos que garantir a continuidade desse processo, acreditando no que foi construído ao longo desse tempo e acreditando também na força da escola e da comunidade unidas, formando a força de um povo organizado.

Abstract: Discussions about the field of education are permeated by the complexity that accompanies this space, especially the kind of education that is being offered to the people of the countryside, often, the educational proposals are built disconnected from reality, giving opportunity to the student denial situations their culture and their peasant identity. This work is a cut from my master dissertation presented to the PPGE / CE. This research has as object of study the actions developed by the project (re) signification of the curriculum in schools in the field: ways to context and the impact of same on building roads to a contextualized education in schools of the field in the city of Bananeiras-PB. In an attempt to comprehend this process, we start from the following research question: How an extension project may contribute to the process of strengthening university relations, school and community, especially as regards the construction of a curricular educational proposal for education the field? The study is qualitative approach performed from a field research with descriptive and explanatory character, used as data collection instruments document analysis, participant observation, structured interviews. The research subjects are members of the project extension Ambassadorial Scholars, the coordinating teacher of the same, the management team of the school being studied teachers and community members. These methodological procedures, aligned with the theoretical framework, Caldart (2004); Arroyo (1999); Batista (2011); Freire (1996); Silva (2001); Sacristan (2000), Veiga (1995) Martins (2002); Jezine (2006); Thiollent (1998); Melo Neto (1996), made it possible to present reflections on the study performed. After the systematization of information through content analysis, it is possible to stand out that new roads were built from the university involvement with the school and with the local community. So, they started to have a closer relationship and participation, resulting in the redefinition of the surveyed school PPP and contextualized educational practices in the education field, through the actions undertaken by the extension project.

Key-words: Field Education. University Extension. Pedagogical Political Project. Contextualization.

Referências

BATISTA, Maria do Socorro Xavier. **Movimentos Sociais e Educação do Campo (Re) construindo Território e a Identidade Camponesa.** In: ALMEIDA, Maria de Lourdes. P. e BATISTA, Maria do Socorro Xavier. **O campo como território de conflitos, de lutas sociais e movimentos populares.** In: SCOCUGLIA, Afonso Celso; JEZINE, Edineide (Orgs.). **Educação Popular emovimentos sociais.** João Pessoa: Ed Universitária, 2006.

BRASIL. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.** Brasília: MEC/CNE, 2001.

CALDART, Roseli Salete. **Elementos para a construção do Projeto Político Pedagógico da Educação do Campo.** In: MOLINA, Monica Castagna; JESUS, Sonia Meire Santos Azevedo (Org.). **Contribuições para a construção de um Projeto de Educação do Campo.** Brasília, DF, 2004. p. 13-52. (Coleção Por uma Educação do Campo, nº 5).

FERNANDES, Bernardo Mançano; MOLINA, Mônica Castagna. O campo da Educação do Campo. In: Molina, Mônica Castagna; JESUS, Sonia Meire S. Azevedo de. (orgs.). **Por uma Educação do Campo: Contribuições para a construção de Um Projeto de Educação do Campo.** Brasília, DF: Articulação Nacional “Por uma Educação do Campo, 2004 caderno 5. P. 53-89.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

INEP. Censo da Educação Básica. Microdados. Brasília, DF. Ministério da Educação. 2007.

JEZINE, Edineide Mesquita. **A Crise da Universidade e o compromisso social da extensão universitária.** João Pessoa: Editora Universitária/UFPB.2006

KONDER, Leandro. **O futuro da filosofia da práxis: o pensamento de Marx no século XXI.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

SANTOMÉ, J. T. **As culturas negadas e silenciadas no currículo.** Petrópolis: Ed. Vozes, 1995.

THIOLLENT, M. (org.) **Extensão Universitária e Metodologia Participativa.** Universidade Federal do Rio de Janeiro/COPPE, 1998.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org.). **Projeto político-pedagógico: Uma construção possível.** 24ª e. Campinas-SP, Papirus, 1995. – (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

Recebido em: 06/08/2016

Aprovado em: 10/12/216